



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS – 2016

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT – PMDB – PRB – PTdoB – PROS – PR – PCdoB)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela Deputada Rosângela Reis

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PTB – PDT – PP – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vitor Xavier

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PPS – PEN – PTC – PHS – PSC – PSD – REDE)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	

LIDERANÇA DO PSB	
Líder	Deputado Wander Borges
Vice-Líder	Deputado

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem

**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 4h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Chereim	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	REDE	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	



Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Paulo Lamac	REDE
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV – BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Elismar Prado	Sem partido	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	Sem partido	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PSB	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Elismar Prado	Sem partido	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PSB	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	



Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado	PT – BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Paulo Lamac	REDE	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	PCdoB – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB – BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	REDE	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	PT – BMM	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado Fábio Cherm	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	



Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado	PMDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputada Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC
Deputada	PT – BMM
Deputado Emidinho Madeira	PSB
Deputado	PCdoB – BMM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PSB	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Vice-Presidente



Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG
Deputado Rogério Correia	PT – BMM
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM
MEMBROS SUPLENTEs:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 15ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pelos 30 anos de sua fundação
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – MATÉRIA VOTADA

- 2.1 – Plenário

3 – ORDENS DO DIA

- 3.1 – Plenário
- 3.2 – Comissões

4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 4.1 – Plenário
- 4.2 – Comissões

5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 15ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/6/2016

Presidência do Deputado Paulo Lamac

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Evaldo Ferreira Vilela – Apresentação Musical – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparece o deputado:

Paulo Lamac.

Abertura

O presidente (deputado Paulo Lamac) – Às 19h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião a homenagear a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pelos 30 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Prof. Evaldo Ferreira Vilela, presidente da Fapemig; e Prof. João Francisco de Abreu, presidente do Conselho Curador da Fapemig.

Registro de Presença

A locutora – Registramos e agradecemos a presença dos Exmos. Srs. Prof. José Israel Vargas, ex-ministro de Ciência e Tecnologia; Prof. Mário Neto Borges, ex-presidente da Fapemig; Roberto do Nascimento Rodrigues, presidente da Fundação João Pinheiro; José Oswaldo Siqueira, diretor do Instituto Tecnológico Vale; e Wladimir Coelho, diretor de ensino médio da Secretaria de Educação.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional Brasileiro, que será executado pelo Quinteto de Sopros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

A locutora – Assistiremos agora a um vídeo sobre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Presidente

Boa noite a todos e a todas. Caro Prof. Evaldo Ferreira Vilela, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais; caro Prof. João Francisco de Abreu, presidente do conselho curador da Fapemig; gostaria de fazer uma saudação a cada um e a cada uma que nos honra nesta noite tão importante para o Estado de Minas Gerais, em que estamos fazendo o reconhecimento mais que merecido do aniversário dos 30 anos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, a nossa Fapemig. Quero saudar todos os presentes. Quero que todos se sintam saudados na pessoa da Profa. Elza e da Sra. Denise, esposa do nosso presidente. Gostaria de saudar cada um dos presentes na figura do ilustre Prof. José Israel Vargas, que muito nos honra, nosso ex-ministro e ex-presidente da Fapemig. É uma grande satisfação recebê-los aqui, nesta noite.

Agradeço a presença de todos e a honra de representar aqui a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o presidente Adalclever Lopes, num momento tão singular como este, de reconhecimento a uma instituição em que pessoalmente acredito. É uma bandeira que, por um acumulado de histórias e crenças, tenho a oportunidade de defender na presidência da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

É com imensa satisfação e com muita honra que recebemos todos vocês para comemorarmos esse aniversário. Este evento não tem a intenção de apenas cumprir um protocolo na Assembleia e fazer uma homenagem, mas sim de trazer o reconhecimento público e profundo a uma das instituições mais respeitadas de fomento a pesquisa no nosso país e um exemplo para os demais estados. A Fapemig significa um desenvolvimento que sustenta o fortalecimento da economia no nosso Estado, a expectativa que temos de cada vez mais reduzir o nosso nível de dependência, por sermos uma economia



exportadora de produtos primários, como Minas Gerais vem se caracterizando historicamente. Hoje pagamos caro por essa mazela.

Ressalto o belo trabalho que vem sendo desenvolvido pela diretoria, pelos pesquisadores, pelos funcionários, pelos estudantes, pelos parceiros, que, juntos, formam uma equipe importante que luta incansavelmente na defesa da pesquisa no Estado de Minas Gerais e no País.

A Fapemig é uma das principais agências de fomento no Brasil e uma das instituições que mais orgulha os mineiros e as mineiras. Num mundo cada vez mais conectado e tecnológico, no qual as fronteiras do conhecimento se expandem rapidamente, inovar se tornou, ao mesmo tempo, um desafio e um imperativo. Nesse contexto, o papel da Fapemig é fundamental, ao valorizar a inovação num ambiente que estimula o trabalho conjunto de empresários e cientistas. Nesse exato momento, a Fapemig disponibiliza recursos para milhares de projetos de pesquisa, concessão de bolsas e apoio à participação em eventos na área de ciência e tecnologia. Além disso, atenta às movimentações globais, promove a internacionalização da ciência mineira, estabelecendo o intercâmbio de pesquisadores e pesquisas com outros países.

Assim, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais cumprimenta, na pessoa do presidente da Fapemig, Prof. Evaldo Ferreira Vilela, o conselho curador, a direção executiva, enfim, todos os servidores que contribuem para que a fundação seja, há 30 anos, uma referência para todos os mineiros. Realmente é uma grande satisfação para nós. Em que pese a todas as dificuldades que experimentamos neste momento, no País e no Estado, a política adotada de garantir que o mínimo constitucionalmente previsto no nosso Estado seja adequadamente aplicado à nossa Fundação de Amparo à Pesquisa é determinante para que tenhamos uma perspectiva de retomada da relevância do nosso Estado e do equilíbrio não apenas econômico, mas de concretização das potencialidades que existem em Minas Gerais, um Estado com um número significativo de universidades.

Temos pesquisadores de excelência que se destacam internacionalmente com seus trabalhos e com suas pesquisas. Precisamos que isso, de fato, se materialize como matéria-prima para uma nova economia em Minas Gerais e no Brasil. É um grande desafio, um desafio abraçado com competência e com paixão pelos servidores da Fapemig, a quem parabenizamos: pela diretoria, pelo conselho, pelos estudantes e pelos pesquisadores envolvidos.

Então, realmente é um grande esforço, um grande empenho. Só temos mesmo que dar-lhes os parabéns e desejar que continuem lutando pela pesquisa e pelo desenvolvimento do nosso estado. Parabéns a cada um e a cada uma que faz parte da história da Fapemig.

Muito obrigado. Boa noite a todos.

Entrega de Placa

A locutora – O deputado Paulo Lamac, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, fará a entrega ao Prof. Evaldo Ferreira Vilela, presidente da Fapemig, de uma placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: “Criada em 28 de agosto de 1985, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – possui a estratégica missão de fomentar a pesquisa e a inovação científica e tecnológica em uma das mais importantes unidades federativas do Brasil. Entre as principais atividades dessa prestigiosa instituição estão o financiamento de projetos, a concessão de bolsas voltadas à capacitação de pesquisadores e a participação em eventos relacionados às mais diversas áreas do conhecimento, além de publicações no campo da ciência e da tecnologia. Pautado por princípios como ética, comprometimento, autonomia, universalidade e excelência, seu trabalho é nacionalmente reconhecido como uma das molas propulsoras do desenvolvimento econômico e social do Estado. Ao completarem-se 30 anos de fundação da Fapemig, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta-lhe merecida homenagem”.

O presidente – Gostaria de convidar o Prof. João Francisco de Abreu, presidente do Conselho Curador da Fapemig, para nos acompanhar na entrega da placa.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Evaldo Ferreira Vilela

Boa noite a todos. Hoje é uma data muito feliz para nós, 30 anos, idade boa. Feliz também é uma região, um estado, uma nação que tem uma fundação como a nossa, uma fundação de amparo à pesquisa como a Fapemig, pelo trabalho que vem desenvolvendo. Ficamos felizes porque é o futuro. Hoje não se faz absolutamente nada de importante no mundo que não tenha aproximação com a ciência, a tecnologia e a inovação. Feliz também por estarmos na Assembleia. Muito obrigado. Queria agradecer muito ao deputado Adalclever Lopes, presidente, aqui representado pelo nosso amigo deputado Paulo Lamac. Paulo, muito obrigado de coração, a Fapemig lhe agradece eternamente, você tem sido um deputado muito próximo de nós.

Na Fapemig precisamos muito da aproximação da Assembleia, e sabemos que a Assembleia também precisa da gente. Nós, da pesquisa, sabemos trabalhar em conjunto, sabemos que um pesquisador não faz nada, deve estar sempre acompanhado de uma equipe. Essa é a nossa prática. O Prof. Israel Vargas disse há pouco que somos acostumados à construção coletiva. E trabalhar com a Assembleia é fundamental para nós, porque aqui emana o poder do povo na elaboração das nossas regras, do que fazer, dos nossos planos. Estar junto é absolutamente estratégico para Minas Gerais. Então, deputado Paulo Lamac, estamos muito felizes em estar aqui hoje à noite, e lhe agradecemos muito, agradecemos à Assembleia e ao nosso presidente, o deputado Adalclever Lopes.

Quero agradecer e cumprimentar também o presidente do Conselho Curador da Fapemig, Prof. João Francisco, que tem sido um companheiro permanente no conselho; o nosso sempre ministro Israel Vargas, um dos criadores, idealizadores e batalhadores pela Fapemig, e nos sentimos muito honrados com sua presença; Mário Neto, nosso amigo e ex-presidente da Fapemig, que ajudou muito a construir o que temos hoje em todos os sentidos, desde a parte física, que é importante, mas mais importante ainda é a interação com a comunidade, com a sociedade, e isso se deve ao trabalho que realizou. Quero também cumprimentar a cada um de vocês, nossos diretores e colegas; Prof. Beirão, batalhador conosco; Alex, nosso diretor financeiro de Gestão e Pessoal, que está sempre na luta conosco; Siqueira, grande amigo de longa data, da Universidade Federal de Lavras e membro da 1ª Câmara da Fapemig, que hoje dirige o Instituto de Tecnologia da Vale e veio de Belém para nos prestigiar. Quero agradecer e abraçar a cada um de vocês, não posso nominar a todos os nossos colaboradores, servidores, funcionários que estão conosco no dia a dia, que construíram e constroem a Fapemig hoje. E nos lembramos também dos nossos fundadores, os Gazzinelli, os Mares Guia, o Prof. Beraldo, o Prof. Diniz, extremamente importante nessa história. Eles lutaram para a criação da Fapemig como uma entidade estratégica para o desenvolvimento, para nos colocar na era do conhecimento e para nos colocar junto à economia. Este é o futuro: aproximação da ciência com a economia e da economia com a ciência, para gerar emprego, gerar renda, gerar estabilidade e bem-estar social. Esse é o nosso papel. Construímos essa catedral diariamente na Fapemig. Por tudo isso, hoje é um dia de agradecimento, de comemoração pelos 30 anos. Fazer 30 anos é muito bom.

Como já foi dito pelo deputado Paulo Lamac e pelo nosso cerimonial, a Fapemig é importante pelas bolsas, pelos projetos financiados. Não vou fazer nenhuma prestação de contas para vocês, porque vocês sabem o quanto envolvemos e desenvolvemos a comunidade. São muitos os exemplos, mas não podemos deixar de citar um caso ou dois que ficaram na nossa memória. Há o caso da batata *chips*, de Araxá, que hoje o Brasil exporta com dinheiro da Fapemig, com bolsa da Fapemig, com solução apresentada por pesquisadores financiados pela Fapemig. Dos diagnósticos que estão hoje nos hospitais, muitos são desenvolvidos com recurso da Fapemig. É tão bom chegar em determinado lugar e, quando começamos a conversar, numa entrevista ou em outra situação, a pessoa diz que foi bolsista da Fapemig. E ainda há outros que completam: “Graças a isso, estou nessa posição”.

Sabemos o valor da Fapemig para consolidar uma pós-graduação forte, uma graduação forte, uma pesquisa de excelência. Os nossos institutos de vacina, os nossos institutos de nanotecnologia são benefícios que se multiplicam na nossa sociedade permanentemente, formando talentos.

Paro por aqui, porque há tanta coisa boa para falar da Fapemig, e vocês sabem disso. É importante dizer que, por meio dela, consolidamos a excelência no ensino da pós-graduação e na pesquisa em Minas Gerais. Então ficamos muito felizes e muito agradecidos por estarmos aqui hoje comemorando. Uma reunião numa sexta-feira à noite é sempre mais difícil, principalmente quando temos uma chuva tão pesada como a que tivemos. Estou feliz por vocês, com todo o sacrifício, estarem aqui conosco.

Mas não poderia terminar estas breves palavras – nas quais procuramos nos conter no tamanho, para não nos emocionar – sem me referir aos membros do conselho curador, que permanentemente estão conosco. Aqui está o Prof. Roberto, da Fundação João Pinheiro, nossa parceira do dia a dia; o Wladimir, da Secretaria de Educação, que está aqui também, em plena sexta-feira. Ele batalha o dia inteiro na secretaria, mas veio nos prestigiar. Também está presente a UFMG, a PUC, os nossos funcionários. Todos estão aqui perfilados em prol da Fapemig. Não vou citar nenhum nome, porque são tantos e posso deslizar na nomeação de um ou de outro.

Muito obrigado por virem, estamos muito felizes. Pediria, até, nessa informalidade formal em que nos encontramos, para cantarmos parabéns para a Fapemig. Quando fazemos aniversário, gostamos de cantar parabéns. Mas, primeiro, antes dos parabéns, gostaria de fazer uma entrega para o nosso querido deputado Paulo Lamac. Ele foi para a China, numa missão, e não pôde estar conosco na solenidade dos 30 anos, que fizemos no auditório JK, na Cidade Administrativa, que, por sinal, foi uma beleza. Havia quase mil pessoas, lotamos o auditório. É o prestígio da Fapemig. E houve a entrega do troféu Amigo da Ciência, Amigo da Fapemig, que homenageia exatamente aquelas pessoas que lutam pela ciência e, assim, lutam pela Fapemig. E são muitas, mas escolhemos algumas do meio acadêmico, da Assembleia etc; aquelas que, de coração aberto, atendem aos nossos pedidos. Às vezes, precisamos de um parecer, porque tudo que fazemos é por mérito, por parecer. Aí recorremos a um professor, por exemplo, e ele, com a maior boa vontade, fica horas dedicado a estudar aquele processo, vai embora, e nós, às vezes, até nos esquecemos de pagar-lhe o táxi. E ele nunca nos cobra nada. Esses são os verdadeiros amigos da ciência e amigos da Fapemig.

Fizemos algumas homenagens, inclusive esta do Paulo, homenageando a Assembleia também, porque o deputado é desse jeito. De repente, estamos na Assembleia, graças ao requerimento que ele apresentou – lembro que, atualmente, dada a crise, os deputados só podem solicitar uma reunião desse tipo por ano, e o deputado Paulo Lamac escolheu apresentar a homenagem à Fapemig.

– Procede-se à entrega do troféu ao deputado Paulo Lamac.

O Sr. Evaldo Ferreira Vilela – Vamos, então, cantar parabéns para a Fapemig? Denise, ajude-me, por favor. Lá em casa você sempre me ajuda a cantar os parabéns.

– Procede-se ao canto.

O Sr. Evaldo Ferreira Vilela – Viva a Fapemig! Obrigado, gente.

Apresentação Musical

A locutora – Ouviremos agora o quinteto de sopros do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que apresentará as seguintes músicas: *Bicho de Sete Cabeças*, composição de Geraldo Azevedo, Zé Ramalho e Alceu Valença; *Brejeiro*, composição de Ernesto Nazareth; e *Cantina Band*, composição de John Williams e arranjo de Rafael Cabral.

– Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Presidente

Agradecemos ao Quinteto de Sopros do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais a belíssima apresentação que abrilhantou este evento.

Quero agradecer a oportunidade e aproveitar este momento de homenagem à Fapemig para receber este belíssimo Troféu Amigo da Ciência, Amigo da Fapemig. Fico muito honrado com a homenagem e espero estar à altura dela. Certamente



eu gostaria de manifestar o nosso compromisso de trabalhar sempre para fazer jus a uma honraria tão importante. Realmente, conforme mencionado pelo Prof. Evaldo, não tive oportunidade de estar naquela solenidade maravilhosa que aconteceu na Cidade Administrativa em razão de estar em viagem oficial, mas fico realmente muito honrado por recebê-lo aqui neste momento. Aproveito para reiterar que vamos continuar profundamente comprometidos com as temáticas que esta Casa vem discutindo acerca de questões eventualmente levantadas, como, por exemplo, a integralidade, garantir a defesa intransigente da integralidade dos recursos destinados constitucionalmente à Fapemig para projetos aprovados em editais que possibilitem a participação de todas as pessoas. Isso é algo que muito nos motiva aqui. A regularidade da destinação dos recursos, algo a que nos chamou a atenção o Prof. Mário Neto, com muita propriedade. Não basta enviar o recurso, especialmente nos últimos dias do exercício. É preciso que se observe o envio do duodécimo mensalmente para que haja reais condições de que a pesquisa se dê e que haja planejamento e cumprimento desse planejamento. O caminho é longo, não temos dúvida de que ele vem acontecendo. Certamente, por melhor que esteja, e a gente não tem dúvida do avanço que vem acontecendo na Fapemig, precisamos sempre estar atentos e vigilantes para que nenhum retrocesso possa se avizinhar.

Então, firmamos esse compromisso na gestão anterior. Agora quero reafirmar o nosso total comprometimento pela sua manutenção e, se possível, pela sua ampliação. Defendemos que a integralidade desses recursos seja destinada aos projetos de pesquisa e às bolsas dos nossos estudantes. Podemos garantir o nosso comprometimento para isso.

Agradecemos a presença de todos e a oportunidade de estar aqui.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 6, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2016

Às 11h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.548/2015, no 1º turno, e 3.344/2016, em turno único (Anselmo José Domingos); 2.992/2015 e 3.351/2016, ambos em turno único (Fábio Avelar Oliveira), e 3.168/2015 e 3.367/2016, ambos em turno único (Geraldo Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.337/2015 (relator: deputado Geraldo Pimenta) e 3.274/2016 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.391, 4.424 e 4.458/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 608, 1.918, 3.109 e 3.150/2015 e 3.197, 3.207, 3.243 e 3.273/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.007/2016, dos deputados Anselmo José Domingos, Fábio Avelar Oliveira e Geraldo Pimenta, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o América Futebol Clube pela conquista do Campeonato Mineiro de Futebol de 2016;



nº 6.008/2016, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Federação de Taekwondo de Minas Gerais – FTKDMG – pela realização do Campeonato Mineiro de Taekwondo de 2016.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Geraldo Pimenta – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/5/2016

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio, Durval Ângelo (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BMM) e Rogério Correia (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Carlos Pimenta, Gustavo Valadares e Gustavo Corrêa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta; a receber, discutir e votar proposições da comissão; a, em audiência pública, ouvir o Cel. PM Helbert Figueiró de Lourdes, o Cel. PM Eucles Honorato Júnior, o Ten.-Cel. Gianfranco Caiafa, o Ten.-Cel. Cláudio Vitor e o 1º-Ten. Leonardo Guimarães Oliveira Mailló, para prestarem esclarecimentos sobre o deslocamento de grande parte do efetivo da Polícia Militar para Ouro Preto em 21/4/2016, e sobre a forma de atuação dos policiais militares no evento realizado nesse município, os quais infringiram a Constituição da República, especialmente os direitos de ir e vir, de manifestação e de liberdade de expressão e garantias com natureza de cláusulas pétreas, em cumprimento a ordem do governador do Estado; e a receber e votar requerimentos. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício dos policiais civis de Montes Claros, solicitando a intervenção desta comissão em razão do descumprimento da Lei Complementar nº 129, de 2013, no que se refere a aposentadoria, no Departamento de Polícia Civil de Montes Claros. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça, publicado no *Diário do Legislativo* em 19/5/2016. O presidente informa a redistribuição da relatoria das seguintes proposições, conforme relatores mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.993 e 3.157/2015, ambos em turno único (deputado Cabo Júlio); e Projeto de Lei nº 491/2015, no 1º turno (deputado João Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.805 a 3.808, 3.819 a 3.824 e 4.706/2016. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.219/2015. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa o Cel. PM Helbert Figueiró de Lourdes, chefe do Gabinete Militar do Governador; o Ten.-Cel PM Ailton Cirilo da Silva, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais – AOPMBM; o Cel. PM Alberto Luiz Alves, diretor de Relações Institucionais da AOPMBM; o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom; o 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PMBM; o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS; e o Sr. Wagner Dias Ferreira, membro colaborador da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais, representando o Sr. William dos Santos, presidente dessa comissão. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e



aprovado o Requerimento nº 6.190/2016, do deputado Wander Borges, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aumento do índice de criminalidade e de violência na Mesorregião do Campo das Vertentes, bem como para discutir medidas a serem adotadas em prol da segurança pública na região. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Cabo Júlio – André Quintão – Paulo Guedes.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/5/2016

Às 15h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão, Elismar Prado e João Leite (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Victório Galli, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, publicado no *Diário do Legislativo* em 20/5/2016. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.380, no 1º turno, e 1.595/2015, em turno único (Bonifácio Mourão), e Projeto de Lei nº 1.140/2015, no 1º turno (Tito Torres). Registra-se a saída do deputado João Leite. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.149/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.595/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão) e 3.251/2016 (relator: deputado Arnaldo Silva), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 4.548/2016. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.128/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.211/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a existência de convênio com o Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa –, localizado em Betim, bem como sobre o repasse de recursos financeiros nos anos de 2015 e 2016, caso exista a parceria;

nº 6.212/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a existência de convênio com o Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa –, localizado em Betim, bem como sobre o repasse de recursos financeiros nos anos de 2015 e 2016, caso exista a parceria;

nº 6.213/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde, pedido de informações sobre a interrupção do fornecimento do medicamento Danazol às pessoas com angioedema hereditário, conforme relato da Sra. Marícia Kely de Melo Silva na 6ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17/5/2016;

nº 6.214/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior as notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17/5/2016, que debateu o



fornecimento de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção e a conformação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência no Estado;

nº 6.215/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas à elaboração de cartilha de orientações sobre requisição e fornecimento de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção e sua distribuição aos municípios e às entidades de atendimento e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

nº 6.216/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública, com a participação do secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, para apresentar e debater o relatório das propostas aprovadas na 4ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ocorrida de 24 a 26/10/2015;

nº 6.217/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.511, de 2016, que extingue a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais – IOMG –, e avaliar os reflexos dessa medida em relação às pessoas com deficiência que desenvolvem atividades nessa autarquia;

nº 6.218/2016, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aparelho locomotor multifuncional denominado Up Rose, criado pela Sra. Rosana Antunes de Souza;

nº 6.219/2016, dos deputados Duarte Bechir, Antônio Carlos Arantes e Wander Borges, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de informações sobre o cumprimento do disposto na Lei nº 17.248, de 2007, que destina preferencialmente às pessoas com deficiência 12% das unidades habitacionais dos programas de construção de habitações populares financiados pelo poder público ou com recursos do Estado;

nº 6.220/2016, dos deputados Duarte Bechir, Dalmo Ribeiro Silva, Wander Borges e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizado debate público, com a participação das Comissões de Saúde, de Educação, Ciência e Tecnologia e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, para discutir a implementação das redes de atenção à pessoa com deficiência nas áreas da saúde, assistência social e educação; e

nº 6.221/2016, dos deputados Duarte Bechir e Wander Borges, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para designar professores nas áreas de artes, informática e educação física para as Apaes do Estado, conforme solicitação da Federação das Apaes de Minas Gerais – Feapaes-MG.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Duarte Bechir, presidente – Bonifácio Mourão – Elismar Prado.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2016

Às 19h10min, comparece na Sala das Comissões o deputado Bosco, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a literatura, a política e o serviço público, em homenagem aos 100 anos de nascimento do escritor mineiro Murilo Rubião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A presidência retira da pauta os Requerimentos nºs: 4.651, 4.655, 4.747 e 4.756/2016, por terem sido apreciados em reunião anterior, e deixa de apreciar o Requerimento nº 4.747/2016, por ausência de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A



presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Roniere Silva Menezes, doutor em literatura pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Jaime Prado Gouveia; diretor do Suplemento Literário de Minas Gerais; Francisco de Moraes Mendes; escritor e servidor aposentado da ALMG; Reinaldo Martiniano Marques; ex-diretor do Acervo de Estudos Literários e Culturais e do Acervo de Escritores Mineiros da UFMG; e a Sra. Sílvia Rubião, sobrinha do homenageado. A presidência concede a palavra ao deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Bosco, presidente – Wander Borges – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira.



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/6/2016

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Projetos de Lei nºs 1.019/2015, do deputado Wander Borges, 1.100/2015, do deputado Wander Borges, 1.111/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, 2.046/2015, do deputado Inácio Franco, 2.047/2015, do deputado Inácio Franco, 2.049/2015, do deputado Inácio Franco, 2.745/2015, do deputado Adalclever Lopes, 2.789/2015, do deputado Cássio Soares, 2.798/2015, do deputado Tiago Ulisses, e 2.917/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/6/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para a realização do fórum técnico Plano Estadual de Cultura.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

(Regimental)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 8/6/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.194/2016, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.490 e 4.597 a 4.603/2016, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/6/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.514/2015, do deputado Arlen Santiago; 2.856/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; e 3.055/2015, do deputado Braulio Braz.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/6/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater os critérios de distribuição de recursos para o programa de eficiência energética da Cemig.

Recebimento e votação de requerimentos.



ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 8/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.436/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.489/2016, da deputada Rosângela Reis.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 14/2015 e Projeto de Lei nº 2.751/2015, do deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 164/2015, do deputado Paulo Lamac; 207/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 540 e 556/2015, do deputado Fred Costa; 791/2015, do deputado Cabo Júlio; 1.096/2015, do deputado Braulio Braz; 1.314/2015, do deputado Bonifácio Mourão; 1.335/2015, da deputada Ione Pinheiro; 1.356/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.389, 1.394 e 1.435/2015, da deputada Ione Pinheiro; 1.470/2015, do deputado Rogério Correia; 2.225/2015, do deputado Cristiano Silveira; 2.728/2015, do deputado Antônio Jorge; 2.816/2015, do governador do Estado; 2.924/2015, do deputado Cristiano Silveira; 3.192 e 3.312/2016, do governador do Estado; 3.320/2016, do deputado Léo Portela; 3.419/2016, do deputado Rogério Correia; 3.420/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 3.446/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.467/2016, do deputado Arnaldo Silva; 3.476/2016, do deputado Isauro Calais; 3.491/2016, do deputado Tiago Ulisses; 3.521/2016, do deputado João Magalhães; e 3.522/2016, do deputado Roberto Andrade.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.975/2015, do deputado Inácio Franco; 2.124/2015, do deputado Léo Portela; 2.540/2015, do deputado Gustavo Valadares; 2.702/2015, do deputado Douglas Melo; 2.826/2015, do deputado Léo Portela; 3.223/2016, do deputado Fred Costa; 3.339/2016, do deputado Dirceu Ribeiro; 3.440, 3.441 e 3.455/2016, do deputado Fabiano Tolentino; 3.462, 3.464 e 3.465/2016, do deputado Hely Tarquínio; 3.466 e 3.470/2016, do deputado João Vítor Xavier; 3.474/2016, do deputado Doutor Jean Freire; 3.477/2016, do deputado Noraldino Júnior; 3.479/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.483/2016, do deputado Rogério Correia; 3.485/2016, do deputado João Leite; 3.488/2016, do deputado Thiago Cota; 3.493 e 3.494/2016, do deputado Geraldo Pimenta; 3.525/2016, do deputado João Magalhães; 3.531/2016, do deputado Tito Torres; e 3.577/2016, da deputada Geisa Teixeira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 8/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada à apresentação, pela Copasa-MG, do plano de ação de universalização do abastecimento público de água para o Município de Esmeraldas.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/6/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/6/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 734/2015, da deputada Rosângela Reis; 951/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 2.129/2015, do deputado Dilzon Melo; 2.310/2015, do deputado Deiró Marra; 3.035/2015, do deputado Thiago Cota; 3.074/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira; 3.138/2015, do deputado Léo Portela; 3.178/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 3.208, 3.213 e 3.214/2016, do deputado Emidinho Madeira; 3.215/2016, do deputado Geraldo Pimenta; 3.217/2016, do deputado Duarte Bechir; 3.222/2016, do deputado João Magalhães; 3.236 e 3.237/2016, da deputada Arlete Magalhães; 3.238/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.270/2016, do deputado Dilzon Melo; 3.272/2016, do deputado Nozinho; 3.275/2016, do deputado Iran Barbosa; 3.277/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.337/2016, do deputado Doutor Wilson Batista; 3.343/2016, do deputado João Leite; 3.350/2016, do deputado Fabiano Tolentino; 3.352/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel; 3.362/2016, do deputado Professor Neivaldo; 3.394/2016, do deputado Hely Tarquínio; 3.413/2016, do deputado Carlos Pimenta; 3.422/2016, da deputada Rosângela Reis; 3.435/2016, do deputado João Leite; e 3.442/2016, do deputado Tito Torres.

Requerimentos n°s 4.491 a 4.494/2016, da Comissão Extraordinária do Idoso.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 8/6/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.225/2016, do deputado Bosco; 3.241/2016, do deputado Roberto Andrade; 3.340, 3.347, 3.348, 3.355 a 3.360, 3.369 a 3.371, 3.374 a 3.376 e 3.385/2016, do deputado Carlos Pimenta; 3.391/2016, do deputado Tito Torres; 3.409 e 3.411/2016, do deputado Carlos Pimenta; 3.429/2016, do deputado Inácio Franco; e 3.438/2016, da deputada Geisa Teixeira.

Requerimentos n°s 4.675/2016, do deputado Emidinho Madeira, e 4.810/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 8/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.124/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 4.745/2016, do deputado Wander Borges.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 8/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 8 de junho de 2016, destinada à realização do fórum técnico Plano Estadual de Cultura.

Palácio da Inconfidência, 7 de junho de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco os deputados Felipe Attiê, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2016, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a reforma administrativa



proposta pelo Executivo mediante o envio de 20 mensagens do governador do Estado, encaminhando 18 projetos de lei, 1 projeto de lei complementar e 1 proposta de emenda à Constituição, com ênfase no Projeto de Lei nº 3.503/2016, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e propõe a extinção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2016, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater a reivindicação dos servidores da área de meio ambiente no Estado, em especial a implementação do plano de carreira e a alteração dos critérios de promoção e progressão, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Cássio Soares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2016, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater as Propostas de Emenda à Constituição nºs 4/2015, que altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em tramitação na Câmara dos Deputados, e 143/2015, que acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a desvinculação de receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em tramitação no Senado Federal, e as recentes manifestações do ministro da Saúde sobre a necessidade de repactuação do SUS, o que pode colocar em risco a integralidade do sistema; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Resolução nº 5/2015, do deputado Cabo Júlio; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.764/2016, do deputado Inácio Franco, 4.768/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, 4.773/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho, e 4.793/2016, da Comissão de Segurança Pública; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

João Magalhães, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Fred Costa, Leandro Genaro e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Noraldino Júnior, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária do Idoso

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Glaycon Franco, Antônio Carlos Arantes e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2016, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Isauro Calais, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2016, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a aquisição de carteiras escolares no Estado e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/6/2016, às 17h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 25/2015, do deputado Sargento Rodrigues; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/6/2016, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater o funcionamento das redes de urgência e emergência em todo o Estado, e de receber e votar requerimentos.



Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/6/2016, às 14 horas, em Porteirinha, com a finalidade de, em audiência pública, debater as violações de direitos humanos sob a perspectiva das vítimas, em virtude da crescente violência urbana e rural nessa comunidade, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Cristiano Silveira, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.329/2016

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Carlos Pimenta, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Barreiro Dantas I – Beira Rio, com sede no Município de Porteirinha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.329/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Barreiro Dantas I – Beira Rio, com sede no Município de Porteirinha.

A entidade objetiva o desenvolvimento da comunidade e do município, buscando promover o bem-estar social dos moradores, através da participação popular e do trabalho assistencial.

Para tanto, a associação se propõe, entre outras ações, a promover atividades de orientação técnica e jurídica, de qualificação e de treinamento profissionais; realizar a aquisição de bens de consumo domésticos, insumos e utensílios destinados à produção de artigos diversos em benefício dos moradores; proteger a saúde da família; combater a fome e a pobreza, buscando apoio técnico para implementação de projetos de produção e distribuição de alimentos à comunidade; prestar serviços de assistência social. Propõe-se ainda a proteger o meio ambiente, conscientizando a população da importância dos recursos naturais.

Pela relevância dos objetivos a que se propõe, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Barreiro Dantas I – Beira Rio faz jus ao título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.329/2016 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Rogério Correia, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.342/2016

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Carlos Pimenta, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Novo Tanque, com sede no Município de Porteirinha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.342/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Novo Tanque, com sede no Município de Porteirinha.

A entidade objetiva o desenvolvimento da comunidade do Novo Tanque, bem como do município, buscando promover o bem-estar social dos moradores, através da participação popular e do trabalho assistencial.

Para tanto, propõe-se algumas ações, tais como: buscar recursos materiais e humanos na comunidade e fora dela para realização de atividades de interesse assistencial e comunitário; proteger a saúde da família; desenvolver atividades de habilitação e reabilitação dos portadores de deficiências para integração à sociedade; combater a fome e a pobreza. A associação busca ainda proteger o meio ambiente, conscientizando a população acerca da necessidade de conservação dos recursos naturais.

Pela relevância dos objetivos a que se propõe, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Novo Tanque faz jus ao título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.342/2016 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Rogério Correia, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.349/2016

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Carlos Pimenta, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região da Várzea Comprida, com sede no Município de Porteirinha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.349/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região da Várzea Comprida, com sede no Município de Porteirinha.

A entidade objetiva o desenvolvimento da comunidade da Várzea Comprida, bem como do município, buscando promover o bem-estar social dos moradores, através da participação popular e do trabalho assistencial.

Para tanto, a associação se propõe a algumas ações, tais como: buscar recursos materiais e humanos na comunidade e fora dela para realização de atividades de interesse assistencial e comunitário; proteger a saúde da família; desenvolver atividades de habilitação e reabilitação dos portadores de deficiências para integração à sociedade; combater a fome e a pobreza. Busca ainda proteger o meio ambiente, conscientizando a população acerca da necessidade de conservação dos recursos naturais.

Pela relevância dos objetivos a que se propõe, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região da Várzea Comprida faz jus ao título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.349/2016 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Rogério Correia, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.405/2016

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Carlos Pimenta, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Mucambo da Onça, com sede no Município de Porteirinha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.405/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Mucambo da Onça, com sede no Município de Porteirinha. Objetivando contribuir com a sustentabilidade e o desenvolvimento do município, a entidade busca promover o bem-estar social dos moradores e suas famílias, através da participação popular e do trabalho associativo.

Para tanto, a associação se propõe a uma gama de ações, tais como: realizar programas de qualificação e de melhoria de métodos e práticas agropecuárias destinados aos agricultores e suas famílias; criar mecanismos para facilitar a comercialização dos bens gerados pela agricultura familiar; implantar projetos comunitários para a geração de empregos e de renda; proteger a saúde da família; desenvolver atividades de habilitação e reabilitação dos portadores de deficiências para integração à sociedade; combater a fome e a pobreza. Propõe-se ainda a atuar na proteção do meio ambiente.

Pela relevância dos objetivos a que se propõe, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Mucambo da Onça faz jus ao título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.405/2016 na forma apresentada.



Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Rogério Correia, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 878/2015

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 366/2011, “dispõe sobre a vigilância sanitária nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências” e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com a Emenda nº 1, que apresentou, vem agora a proposição a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise objetiva sujeitar os estabelecimentos prisionais à fiscalização da Vigilância Sanitária, nos termos definidos pelo Código Estadual de Saúde. Registre-se que a matéria resulta do desarquivamento do Projeto de Lei nº 366/2011, que por sua vez originou-se do desarquivamento do Projeto de Lei nº 698/2007. Portanto, a proposta tramita neste Parlamento desde 2007.

Diversas atividades de fiscalização empreendidas por esta Casa já registraram a precariedade de boa parte das unidades prisionais do Estado. Apesar do grande avanço que o sistema prisional tem apresentado desde 2003 em Minas Gerais, percebe-se a permanência da superlotação e, por consequência, de condições degradantes de acautelamento em muitos estabelecimentos penais do Estado. Nesse contexto, as condições desumanas das prisões têm motivado a interdição de muitas delas por decisões judiciais.

O projeto de lei em exame objetiva criar um sistema de controle externo das condições sanitárias dos presídios, por meio de duas medidas. A primeira consiste em acrescentar o art. 128-A na Lei nº 11.404, de 1994, que contém normas de execução penal, a fim de submeter os estabelecimentos prisionais do Estado a controle sanitário, observadas as disposições do Código Estadual de Saúde. A segunda medida propõe uma alteração da redação do inciso IV do art. 82 da Lei nº 13.317, de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado, para estabelecer os estabelecimentos prisionais como órgãos destinatários da vigilância sanitária.

Com o objetivo de corrigir imperfeição técnica presente no art. 2º do projeto, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou, em seu parecer, a Emenda nº 1, com a qual concordamos. A emenda cria a categoria específica dos estabelecimentos prisionais no Código Estadual de Saúde.

Por fim, ressaltamos que a proposição em análise está amparada em preceitos básicos de direitos humanos, merecendo nosso encaminhamento para a aprovação.

Conclusão

Em face dos argumentos expostos, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 878/2015 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

João Leite, presidente e relator – Sargento Rodrigues – Cabo Júlio – Paulo Guedes – André Quintão.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.124/2015****Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Projeto de Lei nº 1.124/2015 declara patrimônio histórico, cultural e imaterial do Estado a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 18/4/2015, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que emitiu parecer concluindo pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição na forma original. Vem a proposição a esta Comissão de Cultura, nos termos do art. 102, XVII, “d”, combinado com o art. 188 do Regimento Interno, para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

A proposição em análise tem por objetivo reconhecer a relevância histórico-cultural da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, nos termos da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011.

A Imprensa Oficial tem por finalidade editar, imprimir e distribuir publicações para divulgação de atos e ações dos Poderes do Estado, com vistas a planejar, programar e produzir formulários e impressos; editar as publicações determinadas por lei de natureza pública e privada, em meio físico e eletrônico, no *Diário Oficial do Estado*; manter as publicações de atos e documentos oficiais em repositórios digitais seguros, bem como prover mecanismos de disponibilização e consulta para os usuários; planejar, coordenar, produzir e comercializar edições de documentos oficiais; armazenar e processar arquivos digitais necessários ao desenvolvimento das atividades dos órgãos e entidades dos Poderes e, supletivamente, de terceiros; editar e imprimir outras publicações de interesse público, notadamente revistas, livros, coleções de leis, decretos e impressos de interesse dos Poderes e, supletivamente, dos municípios e demais entidades; além de participar das atividades de difusão cultural do Estado.

Concebida há mais de 120 anos e criada pela Lei nº 8, de 6/11/1891, com o nome de “Imprensa do Estado”, a Imprensa Oficial nasceu no contexto republicano inaugurado pela Proclamação da República em 1889, voltada para a divulgação cotidiana de atos e de ações dos Poderes do Estado. Posteriormente, dedicou-se também ao registro e à difusão das construções artísticas mineiras, notabilizando-se por seu quadro funcional e por suas publicações, como o *Suplemento Literário*, o *Suplemento Rural* e a *Revista Minas Gerais*.

O *Suplemento Literário*, caderno de produção cultural do Estado reconhecido nacionalmente pela qualidade e pela contribuição de escritores e personalidades de renome – como Carlos Drummond de Andrade, Juscelino Kubitschek, Eduardo Frieiro, Emílio Moura, Cyro dos Anjos, Moacir de Andrade, José Guimarães Alves, Mário Matos – foi lançado em 1966, no âmbito da Imprensa, pelo jornalista e escritor mineiro Murilo Rubião, tornando-se veículo de salvaguarda da memória e da cultura de Minas Gerais.

O *Minas Gerais*, por sua vez, foi, por mais de um século, o principal veículo de divulgação da imprensa escrita do Estado e circula, hoje, em todos os municípios mineiros, contribuindo para a comunicação, o diálogo e a transparência dos Poderes de Minas.

Ao analisar preliminarmente o projeto de lei sob comento, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua constitucionalidade, juridicidade e legalidade na forma original, não encontrando óbices à sua aprovação quando da análise dos aspectos jurídico, constitucional e legal da proposição, nos termos do art. 102, III, “a” do Regimento Interno. Nesse passo, dando seguimento ao processo legislativo, esta Comissão de Cultura vem manifestar-se tão somente quanto ao mérito do citado projeto.

Tendo em vista a história longa e a trajetória de relevo da Imprensa Oficial, que a tornou parte da memória e da cultura do Estado, julgamos que a instituição merece tratamento diferenciado como patrimônio estadual a ser tutelado. Contudo, sugere-se a adequação da terminologia do projeto ao escopo conceitual da Constituição da República de 1988 que, incorporando o debate teórico sobre a matéria, define, no art. 216, como patrimônio cultural – e não mais patrimônio histórico – os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Recomenda-se, assim, a substituição do termo “patrimônio histórico, cultural e imaterial” por “patrimônio cultural” na ementa e artigos do projeto de lei em análise.

Para além, sugere-se a inclusão de dispositivo que minudencie os objetivos da proposição em relação à tutela da Imprensa Oficial como patrimônio cultural e, ainda, a alteração da redação dada ao art. 1º, considerando que a Imprensa Oficial do Estado de Minas foi concebida como órgão autônomo pela Lei nº 8, de 6/11/1891, com posterior modificação pela Lei nº 2.110, de 20/01/1960. Todas as sugestões de alteração estão consubstanciadas no Substitutivo nº 1, apresentado ao final deste parecer.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.124/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Declara patrimônio cultural do Estado a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada patrimônio cultural do Estado a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – A declaração de que trata esta lei tem por objetivos:

I – a preservação das práticas e dos ofícios relacionados à Imprensa Oficial de Minas Gerais;

II – a preservação, promoção e difusão dos bens de valor cultural pertencentes ao acervo da Imprensa Oficial, relacionados à memória da instituição, inclusive por meio da manutenção de seu memorial e biblioteca, assegurando sua transmissão às futuras gerações;

III – a conservação do prédio sede da Imprensa Oficial, bem como de seu parque gráfico e demais estruturas;

IV – o reconhecimento e a incorporação da Imprensa Oficial nos roteiros turísticos da Capital mineira.

Art. 3º – Cabe ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis para registro do bem cultural de que trata esta lei, nos termos do Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2016.

Bosco, presidente – Ione Pinheiro, relatora – Wander Borges – Ivair Nogueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.380/2015

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.872/2014, dispõe sobre a implantação do Selo Entidade Especial, conferido às entidades de atendimento às pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Por semelhança de objeto, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 2.180/2015, de autoria dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos, conforme determina o art. 173, § 2º, do Regimento Interno.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XX, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa instituir o Selo Entidade Especial, a ser conferido pelo governo do Estado a entidades que se destaquem pela qualidade dos serviços prestados no atendimento às pessoas com deficiência. A proposta determina que a concessão do selo será anual, segundo critérios a serem fixados pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que deverá também manter equipes permanentes de avaliação das entidades de atendimento. Prevê, ainda, que as entidades contempladas terão prioridade na obtenção de recursos financeiros estaduais destinados a programas de atenção à pessoa com deficiência.

De acordo com o Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, existem em Minas Gerais 4,4 milhões de pessoas com deficiência, o que equivale a 22,6% da sua população. Nesse percentual estão incluídas pessoas com alguma dificuldade para enxergar, ouvir, falar ou se locomover.

Desde a Constituição Federal de 1988, várias normas foram editadas no País para assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, a fim de promover o seu bem-estar pessoal, social e econômico. Um exemplo é a Política Nacional para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei Federal nº 7.853, de 1989, e o Decreto nº 3.298, de 1999, que a regulamenta. Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão, instituída pela Lei Federal nº 13.146, de 2015, consolidou direitos já assegurados pela legislação e estabeleceu novas garantias em diversos setores, como educação e trabalho.

No âmbito do Estado, destaca-se a Lei nº 8.193, de 1982, que dispõe sobre o apoio e a assistência à pessoa com deficiência, define diretrizes para a política de atendimento e cria a Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência.

As entidades sociais desempenham importante papel na política de atenção a esse público, atuando como parceiras do Estado na oferta de serviços, especialmente na assistência social, educação e saúde.

A concessão de selos é uma forma de reconhecer as boas práticas de instituições que contribuem para temas de interesse público. Um exemplo dessa estratégia no âmbito federal é o Selo Empresa Amiga da Criança, instituído pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às empresas que assumem compromissos em prol da criança e do adolescente. Outro exemplo, agora no âmbito estadual, é o Selo Jovem, concedido às entidades que se destacam no desenvolvimento de projetos destinados à inserção do jovem na sociedade.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça entendeu mais adequado inserir os comandos do projeto em exame no âmbito da Política Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por meio de alteração da Lei nº 13.799, de 2000, de modo a vincular a concessão do selo à observância das diretrizes e prioridades dessa política. Também julgou necessário suprimir os dispositivos que interferem na autonomia do Poder Executivo no tocante ao planejamento orçamentário e à organização de suas estruturas. Assim, apresentou o Substitutivo nº 1 à proposta original.

Avaliamos que o projeto em análise é meritório e oportuno ao estimular as boas práticas de atendimento à pessoa com deficiência e chamar a atenção da sociedade para as suas demandas. Estamos também de acordo com as alterações propostas pela comissão que nos precedeu, por entendermos que o princípio de consolidação das leis facilita o seu conhecimento pelo cidadão e consequentemente a sua aplicação.



Em atendimento ao que dispõe o art. 173, § 3º do Regimento Interno, esta comissão deve se pronunciar a respeito das proposições anexadas ao projeto de lei em pauta. Os argumentos aqui apresentados se aplicam também ao Projeto de Lei nº 2.180/2015, tendo em vista a semelhança que guarda com a proposta em exame. Ressaltamos que o texto do projeto anexado se coaduna com o texto do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.380/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Duarte Bechir, presidente – Bonifácio Mourão, relator – Elismar Prado.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.669/2015

Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas

Relatório

De autoria do deputado Antônio Jorge, o Projeto de Lei nº 2.669/2015 estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelas comunidades terapêuticas no Estado de Minas Gerais.

Publicada em 8/8/2015, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas. A Comissão de Constituição e Justiça, em seu exame preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma originalmente apresentada.

Vem, agora, a matéria a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, de acordo com o art. 188, combinado com o art. 102, XXI, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelas comunidades terapêuticas no Estado de Minas Gerais, dispondo acerca dos direitos e garantias do usuário de drogas, da articulação com os Centros de Atenção Psicossocial de referência no desenvolvimento do projeto terapêutico e da integração das comunidades à Rede de Atenção Psicossocial do território de saúde.

A Lei Federal nº 11.343, de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – Sisnad – estabelece a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade como um princípio do sistema, reconhecendo a importância da participação social nas atividades do Sisnad. No inciso IX do art. 19 da mesma lei “o compartilhamento de responsabilidades e a colaboração mútua com as instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais, incluindo usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares, por meio do estabelecimento de parcerias” figura como uma diretriz do sistema. Nessa esteira, as instituições privadas, tais como as comunidades terapêuticas, representam um aparato social importante para o enfrentamento do problema.

Regulamentar o funcionamento dessas instituições é essencial para a qualidade dos serviços e para a garantia de atenção humanizada ao dependente, de modo a preservar sua dignidade, fortalecer sua autonomia e reforçar os vínculos familiares, primordiais ao sucesso do tratamento.

Uma das diretrizes da Política Nacional sobre Drogas, instituída pela Resolução GSIPR/CH/CONAD nº 3, de 27/10/2005, é a definição de normas mínimas que regulem o funcionamento de instituições dedicadas ao tratamento, recuperação, redução de danos ou reinserção social e ocupacional, quaisquer que sejam os modelos ou formas de atuação, determinando, também, o monitoramento e a fiscalização do cumprimento dessas normas, respeitado o âmbito de atuação de cada instituição.



Com esse objetivo, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, vinculado ao Ministério da Justiça, publicou, em 19/10/2015, a Resolução Conad nº 01, que regulamenta as comunidades terapêuticas no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definindo-as como entidades de acolhimento de pessoas com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa. Embora não sejam estabelecimentos de saúde, são consideradas instituições de interesse e apoio das políticas públicas de cuidados, atenção, tratamento, proteção, promoção e reinserção social.

A mesma resolução prevê, também, a integração dessas comunidades às políticas públicas do território, conforme dispõe o parágrafo único do seu art. 5º: “a entidade deverá atuar de forma integrada, desde o início de seu funcionamento, à rede de serviços, situada em seu território, de atenção, cuidado, tratamento, proteção, promoção, reinserção social, educação e trabalho, além dos demais órgãos que atuam direta ou indiretamente com tais políticas sociais”.

Essa articulação, tratada nos arts. 18 a 22 da norma, é essencial para o atendimento integral à saúde, garantido pelo art. 196 da Constituição da República de 1988, e na Lei nº 8.080, de 1990, como uma diretriz do Sistema Único de Saúde.

No âmbito do Estado, o Decreto nº 44.360, de 24/7/2006, institui a Política Estadual sobre Drogas, em consonância com o estabelecido na Política Nacional, e assenta, no art. 5º, III, a exigência de normas regulamentadoras mínimas do funcionamento das instituições como uma de suas diretrizes. O decreto reconhece, igualmente, a importância da articulação entre as políticas públicas para o enfrentamento do problema das drogas, uma vez que determina que a estruturação da política tenha em vista “a importância de estratégias de planejamento e avaliação nas políticas de: educação, assistência social, saúde e segurança pública, em todos os campos relacionados às drogas”.

No que tange aos aspectos sanitários, a Resolução da Anvisa RDC nº 29, de 30/6/2011 – aplicável a instituições públicas, privadas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas – determina os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de tais instituições e estabelece requisitos de estruturação do processo assistencial para atendimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas.

Verifica-se, portanto, que o projeto de lei sob análise está em consonância com as políticas nacional e estadual acerca do tema e reveste-se de especial importância para assegurar que as comunidades terapêuticas prestem atendimento humanizado e integrado à rede de atenção psicossocial instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.669/2015.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Leandro Genaro, presidente e relator – Antônio Jorge – Antônio Carlos Arantes.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.919/2015

Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas

Relatório

De autoria do deputado Léo Portela, o Projeto de Lei nº 2.919/2015 dispõe sobre a criação de um programa de amparo e cuidados à mulher alcoólatra e dá outras providências.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu exame preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem, agora, a matéria a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, na forma do art. 188, combinado com o art. 102, XXI, do Regimento Interno.



Fundamentação

A proposição em análise dispõe sobre a criação de programa para a atenção à saúde da mulher dependente de álcool. Para justificar o projeto, o autor argumenta que o consumo de bebidas alcoólicas entre mulheres vem crescendo nos últimos anos, superando proporcionalmente o aumento no consumo dessas bebidas entre homens.

O atendimento prestado aos usuários de álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde integra as ações da política de Saúde Mental. De maneira geral, a atenção em saúde mental conta com uma rede de serviços que engloba componentes da atenção básica, da atenção psicossocial especializada, da atenção de urgência e emergência, da atenção residencial de caráter transitório, da atenção hospitalar, além de estratégias de desinstitucionalização e de reabilitação psicossocial. A atenção em saúde mental, contudo, não prevê atendimento específico a mulheres usuárias de álcool.

Segundo o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, dados do artigo “Are women more vulnerable to alcohol's effects?”, publicado em 1999 no periódico *Alcohol Alert* pelo instituto americano National Institute on Alcohol Abuse and Alcoholism (disponível em: <<http://pubs.niaaa.nih.gov/publications/aa46.htm>>; acesso em: 6 mai. 2016), indicam que a intensidade dos efeitos do álcool nas mulheres é maior do que nos homens. Isso ocorre devido à menor quantidade de água presente no organismo das mulheres, o que faz com que o álcool seja distribuído e metabolizado mais rapidamente, e ao número inferior, no organismo feminino, de enzimas hepáticas que metabolizam essa substância. Outra peculiaridade das mulheres em relação aos homens é o risco do uso de álcool durante a gravidez.

Embora tais condições específicas do sexo feminino justificassem a criação de um programa diferenciado para o atendimento da mulher dependente de álcool, essa medida se enquadra no campo de atribuições do Poder Executivo. Projeto de lei de iniciativa parlamentar pode até fixar diretrizes de políticas públicas estaduais, mas não se admite que a proposição entre em detalhes ou disponha sobre programas decorrentes dessa política. Para sanar essa imprecisão jurídica, a Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise preliminar, apresentou o Substitutivo nº 1, no qual, em vez de se criar um programa, são estabelecidas diretrizes para atuação do Estado na prevenção, no tratamento e na redução de danos causados à saúde da mulher pelo uso abusivo de álcool e outras drogas.

Concordamos com o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. No entanto, cumpre-nos informar que a lei que dispõe sobre a atuação do Estado na prevenção, no tratamento e na redução de danos causados à saúde pelo uso abusivo de álcool e outras drogas é a Lei nº 16.276, de 19/7/2006, e não a Lei nº 16.279, de 19/7/2006, como consta no substitutivo. Para sanar essa imprecisão, apresentamos a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.919/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1 AO SUBSTITUTIVO Nº 1

Substitua-se a expressão “Lei nº 16.279” por “Lei nº 16.276”.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2016.

Antônio Jorge, presidente e relator – Leandro Genaro – Antônio Carlos Arantes.



ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/6/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015,



assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Lourdes do Carmo Fernandes Militão, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Missionário Márcio Santiago;

nomeando Hemeline Lúcia Camata Soares, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bosco;

nomeando Valdinéia Aparecida Santos, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.